

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA - CAMPUS CODO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

AUGUSTO CÉSAR BRAGA COELHO

**O PAPEL DO PROFESSOR FRENTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA: desafios da
sala de aula**

CODÓ-MA

2019

AUGUSTO CÉSAR BRAGA COELHO

**O PAPEL DO PROFESSOR FRENTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA: desafios da
sala de aula**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA - Campus Codó, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Aziel Alves de Arruda

CODÓ-MA
2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Coelho, Augusto César Braga.

O PAPEL DO PROFESSOR FRENTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
desafios da sala de aula / Augusto César Braga Coelho. -
2019.

25 f.

Orientador(a): Aziel Arruda.

Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,
Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2019.

1. Avanços. 2. Educação Inclusiva. 3. Formação de
Professores. I. Arruda, Aziel. II. Título.

**O PAPEL DO PROFESSOR FRENTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA: desafios da
sala de aula**

AUGUSTO CÉSAR BRAGA COELHO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da
Universidade Federal do Maranhão – UFMA -
Campus Codó, como requisito parcial para
obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em ___ / ___ / ___

BANCA EXAMINADORA

Prof^o Dr. Aziel Alves de Arruda
Orientador

Prof.^a. M^a Gleiciane Brandão - UFMA
1^o Examinador

Prof. Ricardo Tavares - UFMA
2^o Examinador

Aos meus familiares, esposa, colegas de curso
e professores da UFMA – Campus de Codó.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força, e a persistência para não desistir.

A minha esposa Carlene e Silva Coelho, pelo incentivo constante.

Aos meus filhos, Augusto Cesar Braga Coelho Filho e Adriano Augusto Silva Coelho, pelo amor que sempre me dedicaram.

Aos colegas de curso, pelos momentos passados juntos.

Aos professores, pelos valiosos ensinamentos.

Ao meu orientador Prof. Dr. Aziel Arruda pela disponibilidade e paciência em me acompanhar nessa trajetória.

“O que sabemos é uma gota; o que ignoramos é um oceano”.

Isaac Newton

RESUMO

O presente trabalho aborda os desafios da educação inclusiva e sua prática na sala de aula, bem como a importância da formação do professor para trabalhar nessa modalidade de ensino. Analisa a educação inclusiva na perspectiva da LDB 9394/96 e o que diz a lei acerca da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares. Faz ainda uma breve trajetória da educação inclusiva, ressaltando seus momentos mais importantes, e seus avanços ao longo dos últimos anos. É um trabalho de revisão bibliográfica, quando se buscou autores que abordam o tema, para subsidiar a construção desse trabalho.

Palavras-chaves: Educação Inclusiva. Formação de Professores. Avanços Educacionais.

ABSTRACT

The present work addresses the challenges of inclusive education and your practice in the classroom, as well as the importance of the formation of teachers for to work in this modality of teaching. Analyze the inclusive education in the perspective of the LDB 9394/96 and speak the law about the inclusion of pupils with special educational necessities in the regular schools. Make yet a brief trajectory of the inclusive education by long of last years. It's a work of bibliographic revision, when search its authors what about the theme, for subsidize the construction of this work.

Keywords: Inclusive Education. Formation of Teachers. Advances.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. O PAPEL DO PROFESSOR NO CONTEXTO ESCOLAR	10
2.1 Um olhar voltado para a formação de professores	10
3. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A LDB 9394/96.....	14
3.1 LDB 9394/96 Artigo 58 e 59.....	
4. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA LINHA DO TEMPO	19
5. METODOLOGIA ABORDADA.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS.....	22

1 INTRODUÇÃO

A inclusão tem sido um desafio para a escola e para os professores. Muito tem se falado sobre o tema. Os documentos oficiais preconizam a inclusão dos alunos com necessidades especiais nas salas de aulas, no entanto, não é uma tarefa simples, que realmente possibilita a esses alunos se adaptarem, visto que os professores não estão devidamente qualificados para desenvolverem propostas educacionais que visem o ensino e a aprendizagem.

Muitos professores mostram resistência em receberem esses alunos, exatamente por não saberem as metodologias adequadas, que os possibilitem acompanhar esses alunos e atender suas necessidades.

Ressalta-se aqui, a importância da formação de professores para construir propostas eficientes, visando a inclusão, repensando sua prática pedagógica cotidiana, com espaços de reflexão contínua para atender ao princípio da aceitação das diferenças, valorizando o aluno.

Este trabalho tem como objetivo geral, analisar o papel do professor no contexto da educação inclusiva e sua formação para lidar com alunos portadores de necessidades especiais. Seus objetivos específicos são: analisar a educação inclusiva de acordo com a atual LDB, sobre o que preconiza acerca da educação inclusiva; refazer um percurso da educação inclusiva ao longo do tempo, ressaltando-se a década de 1990 até os dias atuais.

O trabalho é de revisão bibliográfica que, de acordo com Lakatos (1995) “permite leitura e reflexão acerca do tema”, quando buscou-se diversos autores que abordam o assunto em questão, a exemplo de Freni (2005), Mantoan (2005), Fernandes (2006), entre outros.

2 O PAPEL DO PROFESSOR NO CONTEXTO ESCOLAR

Sendo a educação especial uma área de estudo relativamente nova no campo da pedagogia, muitos professores encontram-se desestabilizados frente às concepções e estruturais sociais no que diz respeito às pessoas consideradas “diferentes”. Dessa forma, a partir do século XVI, a educação busca teorias e práticas focadas ao ensino de qualidade, com profissionais comprometidos em dar aos seus alunos um ensino de qualidade, independente de suas diferenças individuais. Nessa perspectiva de estar aberto a conhecer o outro, Freire (2005) em sua obra “Pedagogia da Autonomia”, afirma que:

O ideal é que na experiência educativa, educandos, educadoras e educadores, juntos ‘convivam’ de tal maneira com os saberes que eles vão virando sabedoria. Algo que não é estranho a educadores e educadoras. (FREIRE, 2005, p. 58)

Para se construir uma escola que atenda às diferentes necessidades, não basta que se tenha professores que uma escola normal mantém. É preciso que os profissionais, principalmente os professores, estejam devidamente capacitados para exercer sua função na teoria e na prática, atendendo às necessidades dos alunos.

De acordo com Freire (2005) “o ideal é na experiência educativa, educando e educadores, juntos convivam com seus saberes que eles vão transformando em sabedoria. Algo que não é estranho a educadores e educandos.

2.1 Um olhar voltado para a formação de professores

O estudo da educação especial e inclusiva, é recente. Muitos professores ainda buscam situar-se em meio às teorias e propostas, sem, no entanto, conseguirem se situar devidamente nesse contexto.

A formação profissional requer busca de ações educativas, práticas pedagógicas e metodologias adequadas que atendem às diversidades dos alunos. É um processo contínuo de investigação e estudo. O professor se depara com inúmeros desafios, que devem ser vencidos no dia a dia, superando os limites impostos, exigindo do professor a busca constante de novas estratégias de ensino.

O professor deve sempre planejar suas aulas, diversificando-as com o uso de filmes, jogos, musicas, mapas, desenhos e outras alternativas possíveis para que

todos tenham acesso às oportunidades dentro da sala de aula.

A educação inclusiva no modelo atual é um desafio aos professores, pois obriga-os a repensar sua maneira de ensinar, sua cultura, sua política e suas estratégias pedagógicas, adotando uma postura receptiva diante da singularidade que irá encontrar, a fim de detectar potencialidades e expor habilidades de acordo com a demanda de cada aluno.

De acordo com Mittler (2003, p. 35),

[...] a inclusão implica que todos os professores têm o direito de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional (MITTLER, 2003, p. 35).

Bueno (2001) aponta que um ensino de qualidade para crianças com necessidades educacionais especiais, na perspectiva de uma educação inclusiva, envolve no mínimo dois tipos de formação profissional docente, sendo elas: professores “generalistas” do ensino regular, com um mínimo de conhecimento e prática do aluno diversificado; e professores “especialistas” nas diferentes necessidades educacionais especiais, tanto para o apoio desses indivíduos quanto para o apoio do trabalho a ser realizado.

Diante de tais obstáculos que os profissionais têm de enfrentar na educação inclusiva, Bueno (2001) ainda argumenta ser necessário promover uma avaliação das reais condições dos sistemas de ensino, a fim de que a inclusão ocorra de forma gradativa, contínua, sistemática e planejada.

De acordo com Mantoan (2004, p. 39):

A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que a identidade do aluno se revista de novo significado. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, sem identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais (MANTOAN, 2004, p. 39).

Para Ferreira e Guimarães (2003),

[...] o processo de inclusão avança ao lançar um olhar para as pessoas com deficiência como interlocutoras que desafiam as instituições escolares a inovar suas concepções e práticas pedagógicas perante os processos de ensino e aprendizagem desses alunos. (FERREIRA; GUIMARÃES, 2003)

A inclusão é um processo de inovação que exige um esforço de reestruturação e atualização de algumas escolas, fazendo com que essas escolas busquem uma reorganização escolar, ampliando seu projeto político-pedagógico, incorporando novas práticas aos currículos e realizem adaptações físicas necessárias para acolher os alunos. Nesse momento é importante ressaltar que a princípio básico da educação inclusiva consiste que:

[...] todas as crianças deveriam aprender juntas, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, usam de recursos e parceria com a comunidade (UNESCO, 1994, p. 05).

Na educação inclusiva os professores devem buscar um ensino que vise o respeito mútuo aos alunos, o qual deve favorecer o desenvolvimento da consciência, mostrando que todos são iguais, independente de sua etnia, situação econômica e suas demais diferenças, pois de acordo com Crochik (2002, p. 295) compartilhar atividades com crianças com deficiência permitiria às demais,

[...] auxiliar os que não sabem com o seu saber e aprender pela própria experiência, os seus limites e o dos outros, [experiências que] podem dar-lhes algo que a busca da perfeição impede: o entendimento da vida e a possibilidade de vivê-la (CROCHICK, 2002, p. 295).

Essas reflexões levam o professor a buscar liberdade, igualdade e fraternidade dentro da sala de aula, tendo consciência dos limites de sua atuação e buscando reverter as limitações impostas, além de valorizar a diversidade como um elemento enriquecedor do movimento social e pessoal dentro da sala de aula.

O papel do professor é também o de ampliar os currículos, fazendo com que se flexibilizem diante das diferenças de seus alunos e deixe de lado a visão conservadora, destacando a inclusão como inserção social, que tenha como objetivo ultrapassar as fronteiras e dar apoio na construção do saber, semeando uma escola integrada na inclusão, pois de acordo com Werneck(1997), a inclusão significa “humanizar caminhos”. Diante de tal complexidade no processo de inclusão, faz-se importante a formação dos professores, contribuindo para que haja as mudanças necessárias exigidas pela educação inclusiva.

O trabalho docente com portadores de necessidades educativas especiais na contemporaneidade deve combinar estes dois aspectos, o profissional e o intelectual, e para isso se impõe o desenvolvimento da capacidade de reelaborar conhecimentos. Desta maneira, durante a formação inicial, outras competências precisam ser trabalhadas como elaboração, a definição, a reinterpretação de currículos e programas que propiciem a profissionalização, valorização e identificação docente (PIMENTA, 2002, p. 131-132).

Além do professor, a família dos alunos com necessidades educacionais especiais pode participar a todo o momento do processo de ensino-aprendizagem dessas crianças, pois o tripé escola-família-comunidade é de suma importância, pois através dessa participação os professores têm a oportunidade de melhor conhecer o seu educando e suas especificidades, surgindo a partir daí uma troca de informações a fim de possibilitar o melhor aprendizado a todos, pois sozinho não poderá efetivar uma escola fundamentada numa concepção de incluir realmente.

De acordo com Silva (2010) “um bom relacionamento entre família e professores amplia as possibilidades e cria novas formas de atividade e afetividade”.

Pensar na formação do professor implica repensar modelos e atitudes. Envolve a necessidade do profissional que tem por objetivo transformar sua realidade por meio de uma práxis que leve em conta um elo entre as necessidades acadêmicas e as sociais, pra auxiliar o aluno em seu processo de desenvolvimento como pessoa e como cidadão. (LIMA, 2008).

A formação não se constrói por acumulação de cursos, conhecimentos ou técnicas, mas sim, através de um trabalho de reflexão crítica sobre as práticas de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. (NÓVOA, 1992).

Por isso é importante investir no professor, possibilitando-lhe as condições necessárias e os saberes adequados ao desenvolvimento do seu trabalho.

Essa reflexão que se deve fazer sobre a formação do professor, envolve práticas e experiências cotidianas, viabilizando a construção e reformulação de identidade do professor, como profissional e como indivíduo.

3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A LDB 9394/96

A atual LDB 9394/96, dedica um capítulo à educação inclusiva, garantindo os alunos portadores de necessidades educacionais especiais o direito ao acesso e permanência destes alunos nas escolas, que devem se adaptar, não só fisicamente, como também na capacitação de professores para o atendimento educacional especializado.

Sabe-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido, em face aos grandes desafios que se interpõem tanto à escola, quanto aos professores.

No que diz respeito à formação de professores a LDB 9394/96, no seu artigo 62, diz,

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 2006)

Tendo como base a Resolução CNE/CEE nº 02/2001, a educação especial oferta apoios e serviços especializados aos alunos com necessidades educacionais especiais. Conforme aponta Fernandes (2006, p. 30), destacam-se:

- Alunos surdos, que, por suas necessidades linguísticas diferenciadas, precisam conhecer a língua de sinais e exigem profissionais intérpretes;
- Alunos com deficiência visual, que necessitam de recursos técnicos, tecnológicos e materiais especializados;
- Alunos com deficiência física neuromotora, que exigem a remoção de barreiras arquitetônicas, além de recursos e materiais adaptados à sua locomoção e comunicação;
- Alunos com deficiência intelectual, que demandam adaptações significativas no currículo escolar, respeitando-se seu ritmo e estilo de aprendizagem;
- Alunos com condutas típicas de síndromes e quadros neurológicos, psiquiátricos e psicológicos que demandam apoios intensos e contínuos, além de atendimentos terapêuticos complementares à educação;
- Alunos com altas habilidades/superdotação, que, devido às motivações e aos talentos específicos, requerem enriquecimento, aprofundamento curricular e/ou aceleração de estudos. (FERNANDES, 2006, p. 30)

Diante disso, o professor tem um papel de fundamental importância na educação inclusiva, direcionando o processo pedagógico, interferindo e criando condições necessárias para que o aluno se aproprie do conhecimento (GAZIM, et. al, 2005, p. 51). Ao professor cabe mediar o conhecimento entre o aluno e o conhecimento, proporcionando situações em que os alunos com necessidades educacionais especiais superem o senso comum e desenvolvam seu potencial humano, afetivo, social e intelectual, quebrando barreiras e vencendo os desafios.

Para Farfus (2008):

A articulação entre os educadores é urgente, pois existe a necessidade de uma redefinição do papel do professor e de sua forma de atuar, no pensamento sistêmico. É necessário pensar na aprendizagem como um processo cooperativo e de transformação que proporcione a formação de alunos inseridos no mundo, e não mais em apenas uma comunidade local. Finalmente pensar na educação em relação aos aspectos da ética, da estética e da política; a educação fundamentada em um ideal democrático. (FARFUS, 2008, p. 30)

A prática da educação inclusiva, em sala de aula, exige uma mudança de visão do professor de que estes alunos são incapazes de aprender, pautada nas diferentes possibilidades, elaborando atividades variadas, respeitando as diferenças e as inteligências múltiplas.

Conforme afirma Minetto (2008), para que isso seja possível:

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto “todos” os alunos estão se beneficiando das ações educativas. (MINETTO, 2008, p. 101)

Os profissionais que buscam uma ação educativa, devem estar atentos às diversidades de seus alunos, procurando exercer seu papel de maneira justa e solidária, pautado no respeito mútuo, eliminando todo e qualquer tipo de discriminação com o intuito de formar cidadãos conscientes para o convívio com as diferenças.

A Lei preconiza que, para que as escolas atendam ao processo de inclusão, os alunos com necessidades educacionais especiais devem ser incluídos no ensino regular e o ensino precisa de uma revisão, a fim de atender as demandas individuais de cada aluno, independentemente de suas particularidades e diferenças, de modo a adequar e organizar o currículo e o Projeto Político Pedagógico da instituição, contemplando a diversidade de sua comunidade escolar, formando um equilíbrio entre o desenvolvimento dos conteúdos previstos e a socialização de todos os envolvidos.

Um currículo centrado fundamentalmente nos conteúdos conceituais e nos aspectos mais acadêmicos, que propõe sistemas de avaliação baseados na superação de um nível normativo igual a todos, lança ao fracasso alunos com mais dificuldades para avançar nestes âmbitos. Os currículos mais equilibrados, nos quais o desenvolvimento social e pessoal também tem importância e em que a avaliação seja feita em função do progresso de cada aluno, facilitam a integração dos alunos (MARCHESI, 2004, p. 39).

A escola inclusiva depende de adaptações de grande e médio porte. Os de grande porte competem aos órgãos federais, estaduais e municipais de educação; as de pequeno porte são mudanças que cabem das iniciativas dos professores, que devem buscar recursos para ampliar sua qualificação, com o intuito de inserir esses alunos de forma eficaz e humana.

3.1 LDB 9394/96 Artigo 58 e 59

O capítulo V, artigo 58, da Lei das Diretrizes e Bases Nacionais, LDBEN, O artigo 58, da LDB, classifica educação especial “como modalidade de educação escolar, oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educando portadores de necessidades especiais”.

No § 1º, do artigo 58, diz: “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”.

No referido artigo podemos constatar que é dada devida reverência aos alunos portadores de necessidades especiais, que até então não tinham apoio do Sistema de Ensino, para atendimento escolar voltado para o processo de aprendizagem. No inciso 1º desse mesmo artigo garante serviços especializados para atender a diferentes “anormalidades” que os portadores de necessidades especiais venham precisar no contexto escolar.

O artigo 59, também da LDB, garante que os sistemas de ensino assegurarão para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica. Nessas circunstâncias, as adaptações curriculares constituem-se em medidas ou conjuntos de medidas que buscam atender e adequar o currículo para que possa atender a alunos com diversas necessidades especiais. São colocações educacionais necessárias que permitem ao aluno melhorar seu relacionamento com a escola, para que possam obter sucesso nos processos de aprendizagem. Sendo assim se faz necessário na rede regular de ensino, haver serviços de apoio para as crianças portadoras de necessidades especiais, apoio de uma equipe multi disciplinar para um melhor desempenho de sua aprendizagem. Todo esse apoio educacional voltados para os alunos e professores, deve ser integrado e associado a uma reestruturação das escolas. Este é um processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais e especializados, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, visando garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades e habilidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação, objetivando seu desenvolvimento escolar.

No seu artigo 4º, inciso III, a LDB diz que o dever do Estado, com a educação escolar pública, será efetivado mediante a garantia de “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. De logo, vemos os avanços do dispositivo da Lei 9.394/96: Sendo assim: O atendimento educacional é gratuito. Portanto, a oferta do atendimento especializado, no âmbito da rede oficial de ensino, não pode ser cobrada; e ainda: pessoas em idade escolar são considerados

“educandos com necessidades especiais”, o que pressupõe planejamento pedagógico em se tratando do atendimento educacional.

No § 1º, do artigo 58, da LDB, é bastante clara quando diz que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”.

E o artigo 59, já mencionado, esta aí justamente para garantir esses direitos, no entanto, se formos analisar como está a educação especial em nossas instituições vamos nos deparar com uma situação triste, devido a realidade ser totalmente diferente do que prever a lei. A LDB já está sendo colocada em prática desde sua criação em 1996, no entanto, as instituições ainda estão longe de atender a essa classe de alunos, como deveria, ainda perdura a falta de infraestrutura e também de profissionais da área assim como políticas públicas voltadas para o público aqui em questão. Ainda os alunos portadores de necessidades especiais estão à margem da educação. E não é a instituição escolar em si a culpada, mas o próprio sistema, que no papel vem garantir algo e na realidade não cumpre. Pois é o poder público que pode proporcionar as condições necessárias, como salas adequadas, não cumprem com seu dever.

É de se observar que são muitos os desafios e obstáculos a serem enfrentados, considerando-se avanços ocorridos nos meios científicos, tecnológicos, mas principalmente material (infraestrutura).

Ainda temos altos índices de pessoas com necessidades especiais fora da escola convencional ou tradicional ou mesmo em escolas consideradas especiais. A magnitude da tarefa exige esforço de mobilização das comunidades como estratégia indispensável com política públicas voltados para uma educação para todos, sem qualquer forma de exclusão. Embora o direito à educação de pessoas com necessidades especiais, ou seja, portadores de deficiências, de condutas típicas e de altas habilidades esteja garantido na Constituição Brasileira de 1988 e na LDB 9394/96.

4 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA LINHA DO TEMPO

Neste item, faz-se um breve percurso do avanço da educação inclusiva no Brasil. Considerando-se os momentos mais significativos nessa evolução.

Nos últimos 50 anos a inclusão social contribuiu para a elaboração de políticas e leis na criação de programas e serviços focados no atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais (JÚNIOR, 2012), criando novas condições de adaptações aos indivíduos em sistemas sociais comuns, dando-lhes a mesma oportunidade dentro da sociedade que são excluídos.

O Brasil obteve um avanço importante no processo de educação inclusiva com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, que em consonância com a Constituição Federal garante a todos os mesmos direitos.

[...] a luta pela inclusão das pessoas com deficiência é fortalecida no mundo todo, deixando para trás a história de séculos de descaso e discriminação em relação às suas necessidades diferenciadas. (PIRES; SANCHES; TORRES, 2011, p. 02)

De acordo com Sasaki (1997, p. 167) inclusão social é:

Processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente, tendo em vista a equiparação de oportunidade e, conseqüentemente, uma sociedade para todos (...) A inclusão significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida (SASSAKI, 1997, p. 167).

A partir de 1990 houve as primeiras preocupações entre profissionais, familiares, pesquisadores e governos para que houvesse a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas redes de ensino regular.

Em 1989, a Lei Brasileira de Inclusão nº 9853/89 ou Lei de Educação Especial, dispõe sobre a Política Nacional de Educação Especial, para a Integração de Pessoas Portadores de Deficiência consideradas as normas de Proteção, além de dar outras providências.

A educação especial inclusiva, ganhou força a partir da declaração de Salamanca em 1994 e a partir da Constituição Federal de 1988 e da LDB 9394/96.

A LDB 9394/96, determina que pessoas com necessidades educacionais especiais, sejam incluídas em escolas de Ensino Regular.

O Estatuto da Pessoas com deficiência, foi criado em 09 de outubro de 2000, com a denominação de Estatuto de Portadores de Necessidades Especiais.

O Parecer CNE/CEB nº 02/2001, garante o acesso ao Ensino Regular aos alunos com dificuldades acentuadas ou limitações de comunicação ou altas habilidades/superdotação.

A Resolução CNE/CEB nº 04/2009, determina as atribuições do professor especialista em Educação Inclusiva.

A Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015, entrou em vigor em 2016, e representou um grande avanço na inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais nos Ensinos Regulares.

5. METODOLOGIA ABORDADA

Optou-se para este estudo adotar os procedimentos da pesquisa bibliográfica, cujas fontes foram livros, documentos, leis etc.

Para desenvolvimento do trabalho na primeira parte se aborda a questão: **o papel do professor no contexto escolar**, em seguida damos um enfoque, **a educação inclusiva e a LDB 9394/96, seguido de uma linha do tempo sobre a educação especial** .

Segundo Gil (2008) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que, ao longo dos últimos vinte anos, houve um grande avanço nas instituições de ensino para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, fazendo com que os professores buscassem novos paradigmas e novas formas de ensinar, a fim da inclusão de todos no ensino regular, melhorando a autonomia e independência desses alunos.

Ressalta-se a necessidade do professor realizar seu trabalho com seriedade, buscando igualdade, visando atender as necessidades de cada indivíduo, de acordo com suas habilidades, capacidades e interesses.

A inclusão veio proporcionar uma mudança nas políticas educacionais e de implementação de projetos educacionais do sentido excludente ao sentido inclusivo, formando um ambiente onde a prática não precisa estar limitada a um sistema paralelo de educação.

Aos professores que trabalha com a educação inclusiva é necessário que ocorram mudanças estruturais e pedagógicas, quebrando barreiras e abrindo portas para os alunos com diversos tipos e graus de dificuldades e habilidades. Ao professor cabe mediar esse trabalho, de modo a garantir aos educandos o desenvolvimento de suas possibilidades e a garantia inquestionável ao seu direito de exercer de forma plena os seus direitos à cidadania.

É importante que haja a inclusão sócio-afetiva e que a escola reestruture seu Currículo, respeitando e se adequando às características de cada aluno, dando-lhes oportunidades e visando um ambiente inclusivo em busca de objetivos comuns, afinal a escola não é homogênea.

Percebe-se, portanto, a importância do professor nesse processo, pois é através dele que os alunos aprendem a conviver com as diversidades e diferenças na sala de aula, fazendo com que haja um ensino voltado à compreensão e ao respeito mútuo, onde não haja discriminações, pois não existem pessoas melhores e nem piores devidos as suas particularidades, o que existe são diferenças que precisam ser superadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. **Declaração de Salamanca**. Brasília, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca/pdf.pdf>> Acesso em: 20 agosto. 2019.

BUENO, J. G. S. (2001). A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular. **Temas sobre Desenvolvimento**, v. 9, n. 54, (pp. 21-7). São Paulo: Memnon.

COLL, C., PALACIOS, J. & MARCHESI, A. (organizadores). **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FARFUS, D. Organização pedagógica dos espaços educativos. Disciplina: **Organização Pedagógica Espaços Educativos** do curso de Pedagogia EaD da FACINTER. Curitiba, 2009.

FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FERNANDES, S. **Metodologia da Educação Especial**. 1ª ed. Curitiba. IBPEX, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GAZIM, E. *et al.* Tendências pedagógicas brasileiras: contribuições para o debate. **Revista Chão da Escola**. Curitiba, n. 4, p. 41-52, out. 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas 2008.

MANTOAN, M. T. E. A hora da virada. Inclusão: **Revista da Educação Especial**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 24-28. 2005.

_____. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como se faz?** São Paulo: Moderna, 2004.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. São Paulo: Artmed, 2003.

PIMENTA, S.; ANASTASIOU, L. **Docência na Educação Superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PIRES, E. C. S.; SANCHES, A. A.; TORRES, W. R. **Dificuldades dos portadores de necessidades especiais na inclusão educacional.** Unitins, 2011. Disponível em: <<http://ava2.unitins.br/ava/files/projetoconteudo/cccf876821308039570f71ae697d083.html>> Acesso em 10 jul. 2019.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

SILVA, A. M. **Educação Especial e Inclusão Escolar:** História e fundamentos. Curitiba: Ibpex, 2010. (Série Inclusão Escolar). 215p.